



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
ENAJUM/SECON

GESTÃO DE RISCOS - ANÁLISE DO MAPA DE RISCOS DAS CONTRATAÇÕES Nº 4422430

FASE PREPARATÓRIA									
Risco				Controles preventivos existentes	Controles reativos existentes	P*	I*	NR** (PxI)	CL
Id	Causas	Evento	Consequências						
1	*Divergências na Equipe de planejamento; * Falta de comprometimento das partes envolvidas em todo o processo de contratação; *Ausência ou afastamento de servidores.	Demora na conclusão do processo de contratação.	*Aumento do valor da proposta; *Insuficiência orçamentária para execução; *Demora na implantação da ferramenta para a JMU.	*Definição de cronograma de trabalho; *Planejamento das ausências legais dos servidores indispensáveis no processo; *Designação de titulares e substitutos para as atividades; *Estabelecimento de pontos de controle semanais.	*Remanejamento orçamentário;	1	5	5	(
2	*Ausência ou erro de Previsão orçamentária; *Ausência ou afastamento de servidores; *Reajuste no valor da proposta decorrente de personalizações não previstas; *Estimativa imprecisa dos custos totais associados ao fornecedor.	Insuficiência ou indisponibilidade orçamentária e financeira.	*Impossibilidade de contratação da ferramenta; *Manutenção de ferramentas de trabalho precárias.	*Reserva de dotação orçamentária adequada; *Realização de pré-empenho (PCMCS) da despesa.	*Remanejamento orçamentário; *Incluir cláusulas contratuais que limitem variações de custos.	1	4	4	(

3	*Equipe de planejamento com pouco conhecimento prévio das necessidades reais da contratação; *Requisitos tecnológicos ou processuais/documentais que impossibilitem os requisitos negociais.	Termo de Referência com restrição aos requisitos negociais fundamentais.	*Demora na implementação da solução tecnológica. *Continuidade das atividades com ferramentas precárias; *Questionamento dos interessados; *Desperdício de recursos financeiros e humanos; *Impossibilidade da contratação com base em requisitos negociais fundamentais.	*Apontamento de requisitos tecnológicos/documentais que estejam efetivamente validados para atender à demanda das áreas finalísticas; *Alinhamento de conhecimento entre os participantes da equipe de planejamento; *Diagnostico de falha no dimensionamento; *Redimensionamento da necessidade da contratação.	*Indicar novos servidores capacitados; *Promover treinamento aos servidores que serão indicados.	3	2	6	(
---	--	--	--	--	--	---	---	---	---

FASE DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR									
Risco				Controles preventivos existentes	Controles reativos existentes	P*	I*	NR** (PxI)	Classificação
Id	Causas	Evento	Consequências						
1	*Questionamentos e/ou impugnações por empresas interessadas; *Termo de Referência com requisitos negociais restritivos ou incompletos.	Licitação Fracassada	*Continuidade das atividades com ferramentas precárias; * Retrabalho da equipe de planejamento com nova contratação. *Aumento no custo da licitação; *Demora na implantação da ferramenta para a JMU; *Baixo nível de governança das contratações; *Falta de motivação na equipe de fiscalização; *Falta de atratividade para novos servidores para fiscalização e gestão contratual.	*Realização de ampla pesquisa de mercado; *Construção de Termo de Referência com descrição clara do objeto sem direcionamento da contratação.	*Novo processo de licitação.	2	3	6	() Extremo () Alto (X) Médio () Baixo

2	*Termo de Referência com requisitos técnicos e documentais que restringem aos negociais; *Falta de capacidade técnica no mercado.	Contratação de solução que não atenda por completo aos requisitos negociais.	*Demora na implementação da solução tecnológica. *Continuidade das atividades com ferramentas precárias; *Questionamento dos interessados; *Desperdício de recursos financeiros e humanos; *Baixo nível de governança das contratações; *Falta de motivação na equipe de fiscalização; *Aumento na demanda de personalização da ferramenta. *Falta de atratividade para novos servidores para fiscalização e gestão contratual.	*Apontamento de requisitos tecnológicos/documentais que estejam efetivamente validados para atender à demanda das áreas finalísticas; *Redimensionamento da necessidade da contratação.	*Incluir cronograma de implementação anexo ao contrato; *Personalizações da ferramenta.	2	3	6	() Extremo () Alto (X) Médio () Baixo
---	---	--	---	---	---	---	---	---	--

FASE DE GESTÃO DE CONTRATO									
Risco				Controles preventivos existentes	Controles reativos existentes	P*	I*	NR**	(PxI)
Id	Causas	Evento	Consequências						
1	*Fiscalização inadequada ou insuficiente; *Cláusulas contratuais exorbitantes; *Baixa capacidade técnica da contratada.	Descumprimento de cláusulas contratuais pela contratada.	*Não entrega do serviço contratado; *Atraso na entrega dos serviços; *Baixa qualidade dos serviços entregues; *Descontinuidade dos serviços; *Falta de efetividade da contratação.	*Elaboração de Plano de Fiscalização de cada contratação; *Monitoramento do cumprimento de todos os pontos do Plano de Fiscalização; *Realização de Reunião inicial entre equipe de fiscalização e Contratada com apresentação do Plano de Fiscalização; *Pagamento com base na medição de resultados (IMR)	*Recusa no atesto de nota fiscal; *Incluir cronograma de implementação anexo ao contrato; *Aplicar penalidades previstas no contrato; *Rescisão contratual.	2	3	6	

2	*Ausência de gestor ou fiscal técnico da área de tecnologia na equipe de fiscalização; *Designação de equipe de fiscalização sem capacitação técnica; *Ausência de fiscal setorial na composição da equipe de fiscalização.	Gestão e Fiscalização inadequadas decorrentes da natureza do contrato.	*Descumprimento de cláusulas contratuais; *Comprometimento da qualidade no desempenho contratual. *Falta de atendimento às necessidades técnicas e de negócio; *Atesto de nota fiscal em desacordo com o serviço prestado; *Demora na implantação da ferramenta para a JMU.	*Portaria de designação de fiscais setoriais com rol de atividades pertinentes; Treinamento aos servidores que serão indicados para compor a Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato.	*Reunião prévia à Portaria de designação de fiscais entre áreas de TI, Documental e de Negócio para definição de atividades pertinentes; *Aplicar penalidades previstas no contrato; *Incluir cronograma de implementação anexo ao contrato; *Apuração de responsabilidade do servidor.	1	5	5
3	*Falta de colaborador para instalação do software; *Falta de disponibilidade da equipe de Informática do STM/JMU.	Atraso na disponibilização do sistema	*Adiamento no início do contrato; *Continuidade das atividades com ferramentas precárias; *Questionamento dos interessados.	*Definição de cronograma de implementação no contrato; *Fiscalização com cobrança do cumprimento integral do contrato;	*Aplicação das penalidades por inexecução parcial ou total do contrato; *Aprimorar o Acordo de Nível de Serviços (SLA) para o STM.	2	3	6
4	*Descumprimento da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados); *Falta de segurança da informação da contratada; *Baixa capacidade técnica da contratada.	Divulgação indevida de dados e/ou informações pelos funcionários da contratada.	*Comprometimento da imagem da JMU; *Possibilidade de ação judicial por danos morais ou patrimoniais.	*Previsão da Lei de proteção de dados no contrato; *Apontamento dos graus de sigilo dos documentos e informações.	*Aplicação de penalidades previstas em contrato; *Ação judicial, se houver dano.	1	4	4
5	*Desequilíbrio econômico-financeiro no contrato; *Descumprimento de cláusulas contratuais pelas partes.	Rescisão do Contrato.	*Indisponibilidade da ferramenta de trabalho. *Interrupção ou atraso nas atividades de Gestão contratual; *Não recebimento da cópia da base de dados conforme cláusula contratual *Baixo nível de governança das contratações.	*Análise de reequilíbrio contratual pelas SETER e ASCOI.	*Novo processo licitatório; *Desenvolvimento de ferramenta própria. *Previsão contratual de Pena pecuniária exponencial.	1	4	4

6	*Falhas ou pausas na operacionalização do software; *Baixa qualidade de produtos/serviços nas instalações da ferramenta; *Suporte técnico ineficiente; *Falta de treinamento adequado aos usuários.	Interrupções de atividades.	*Indisponibilidade da ferramenta de trabalho. *Interrupção ou atraso nas tarefas de Gestão contratual; *Questionamento dos interessados.	*Estabelecimento de Acordo de Nível de Serviço (SLA); *Cláusulas contratuais que detalhem os requisitos de suporte técnico; *Inclusão de cláusulas que detalhem a capacitação dos usuários do sistema.	*Aplicar penalidades previstas em contrato; *Rescindir o contrato.	2	3	6
7	*API's ou serviços tecnológicos similares dos Sistemas de Informação de domínio da JMU incompletas ou incompatíveis com as operações do Sistema Contratado *Indisponibilidade de força de trabalho operacional das partes para compatibilizar as API's ou serviços tecnológicos similares *Impedimento de comunicação entre as APIs ou serviços tecnológicos similares em decorrência da política de segurança da informação da contratante	Impossibilidade de integração com os Sistemas de Informação de domínio da JMU.	*Fragmentação e repetição nas atividades operacionais de execução das contratações públicas; * Gerar duplicação da Informação negocial ou incompatibilidade de dados;	*Disponibilização da documentação técnica das API's ou serviços tecnológicos ou similares dos Sistemas de Informação de domínio da JMU; *Adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas, conforme IMR; *Disponibilização da Política de Segurança da Informação da JMU para consulta prévia.	*Elaborar um roteiro de execução de atividades operacionais assegurando fidedignidade das informações negociais; *Aprimorar o Acordo de Nível de Serviços (SLA) para o STM.	3	2	6
8	*Necessidades de personalizações para funcionalidades específicas; *Falta de parametrização para gestão de reequilíbrio econômico com planilhas de custos; *Inexistência de parametrização para publicação da relação de colaboradores Terceirizados no Portal da Transparência;	Personalizações insuficientes ou inadequadas.	*Continuidade de atividades específicas com ferramentas precárias; * Retrabalho da equipe de fiscalização com o uso de múltiplas ferramentas dissociadas da plataforma contratada; *Limitação da gestão contratual por meio do sistema; *Maior probabilidade de erro de cálculo no reequilíbrio; *Falta de motivação na equipe de fiscalização; *Falta de atratividade para novos servidores para fiscalização e gestão contratual.	*Previsão de Cláusula contratual que conste penalidade para a ocorrência do risco.	*Cobrar nova personalização sem custo adicional.	2	3	6

9	*Falhas no sistema; *Ataques cibernéticos; *Desastres naturais; *Falta de boas práticas de segurança da informação; *Gestão inadequada de backups.	Perda de dados.	*Indisponibilidade da ferramenta de trabalho; *Interrupção ou atraso nas tarefas de Gestão contratual; *Comprometimento da imagem da JMU; *Possibilidade de ação judicial por danos patrimoniais; *Descontinuidade dos serviços; *Custos adicionais; *Problemas legais; *Prejuízos financeiros.	*Política de segurança da informação da contratada; *Relatórios comprobatórios de execução de Backups; *Relatórios de Testes periódicos de recuperação de dados.	*Comprovação de Plano de resposta da Contratada a incidentes; *Aprimorar o Acordo de Nível de Serviços (SLA) para o STM.	1	6	6
10	*Resistência dos usuários em utilizar a solução; *Uso de métodos de ensino ineficazes ou desatualizado; *Treinamento não atualizado com as últimas versões do sistema ou com as mudanças nas legislações e procedimentos; *Ausência de mecanismos para avaliar a efetividade do treinamento e para oferecer suporte aos usuários após a sua conclusão; *Instrutores sem expertise no sistema, com dificuldades de comunicação ou de didática	Treinamentos prestados com baixa qualidade.	*Baixo aproveitamento dos recursos e funcionalidades do sistema; *Usuários frustrados com a falta de conhecimento e suporte; *Custos adicionais; *Prejuízo à imagem da instituição;	*Planejamento detalhado de treinamento; * Avaliação de treinamento; *Suporte técnico após o treinamento; * Manual do usuário.	*Realizar Monitoramento da utilização do sistema para suporte adicional; * Reforço do treinamento para os usuários que não dominam as funcionalidades do sistema; *Investigação de erros para identificar as causas e implementar medidas corretivas; *Aprimorar o Acordo de Nível de Serviços (SLA) para o STM.	1	6	6



Documento assinado eletronicamente por **ALYSSA MARIA DE VELLOSO VIANNA GOMES**, COORDENADORA ADMINISTRATIVA, em exercício, em 04/07/2025, às 12:30 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ISABELLA FONSECA HILARIO VAZ**, SECRETÁRIA-EXECUTIVA DA ENAJUM, em 04/07/2025, às 13:35 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GELVA CAROLINA PIATTI DE OLIVEIRA DOI**, COORDENADORA DE AÇÕES EDUCACIONAIS, em 04/07/2025, às 14:04 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4422430** e o código CRC **FFD63CEB**.

